

DOLARIZAÇÃO

PIERRE SALAMA

POSFÁCIO DE LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

SÃO PAULO, EDITORA NOBEL, 1989

Todo o processo de ajustamento externo das nações em desenvolvimento acabou por conduzir à redução do alcance dos instrumentos de política econômica. Isto parece quase óbvio e passível de ser verificado nos casos recentes de hiperinflação ou pré-hiperinflação em toda a América Latina. O que não fica transparente é a trajetória deste processo, examinado de forma teórica, quase que exclusivamente na óptica dos limites dos instrumentos de intervenção pública. Em particular, no caso brasileiro onde historicamente sempre foi exemplar a capacidade de formulação de políticas públicas, constata-se, ainda que num processo mais moroso do que nos demais países em desenvolvimento afetados pelo ajustamento brutal do balanço de pagamentos, uma perda quase que total ou desfiguração dos instrumentos de políticas públicas.

O que tenta mostrar o professor Salama em seu livro *Dolarização* é justamente a conexão entre o ajustamento externo, a perda de alcance dos instrumentos de política econômica e o avanço das teses ultraliberais como resposta, aparentemente inexorável, a todos estes impasses. A idéia de dolarização proposta por Salama refere-se ao processo que configura a perda da soberania monetária entendida como forma fenomenal do ajustamento a que se submeteram países como o Brasil. Perda de soberania monetária analisada não como mais uma generalidade carregada de ideologia, mas como decorrência, quase que inevitável, do

tipo de ajuste realizado, impactando sobre as funções da moeda.

O impacto da perda de soberania sobre a dinâmica produtiva e suas implicações com relação à consolidação da democracia são examinadas com a visão distanciada que falta a todos que geralmente são reféns de um desgastante acompanhamento conjuntural. O que dá originalidade ao tratamento de questões tão cotidianas é a possibilidade de entender que a dolarização, vista como processo de redução da soberania monetária, leva, naturalmente, ou melhor, sem que este seja o princípio que norteia o ajustamento implementado, à liberalização progressiva dos controles de câmbio nos países em desenvolvimento, até a liberalização total.

A experiência do Uruguai, da Bolívia, mais recentemente da Argentina com a criação dos "austrais" conversíveis e lastreados em dólar, e possivelmente do Brasil que poderá conhecer num futuro não muito distante, algum grau de flutuação do câmbio é um indicativo que confere com as análises do livro em resenha: de um processo de perda de alcance dos instrumentos de política econômica e de políticas de desenvolvimento os países nesta situação estão a um passo de abrir mão completamente de uma série de instrumentos públicos num caminho sem volta que o tipo de ajustamento externo experimentado traçou.

Em outras palavras, a tendência à liberalização do câmbio é resultante natural da crise fiscal de um modelo de intervenção

pública que assegurou o desenvolvimento em "marcha forçada", para se referir ao caso brasileiro. Não é decorrência de uma estratégia de política econômica visando a melhor integrar internacionalmente a economia nacional em várias dimensões.

A pergunta que cabe, e que indiretamente é colocada no livro *Dolarização*, seria: em que medida economias como a brasileira e argentina, em processos de profunda instabilidade financeira, devem succumbir aos argumentos neoliberais e abrir mão, no atual estágio de desenvolvimento em que se encontram, do poderoso instrumento de política econômica e de desenvolvimento que é a política cambial? Além disso, se em tese a liberalização cambial facilita a captação de recursos externos, ela não chega propriamente a promovê-la, ainda mais em se tratando de economias desorganizadas e estagnadas. Assim, a liberalização do câmbio pode estimular ainda mais a "fuga de capitais" e aquilo que o autor qualifica de "financeirização", fato que ocorre quando a natureza financeira sobredetermina a dimensão produtiva, ou também quando as atividades financeiras se reduzem quase que exclusivamente a mecanismos de precaução e especulação dos agentes mais bem posicionados.

Tendo o próprio processo de ajustamento provocado o desgaste dos instrumentos de política econômica, o fim do câmbio administrado implica não mais o desgaste destes instrumentos, mas a pura e simples eliminação do poder de fogo dos mesmos. Política monetária, política industrial e tecnológica, política tarifária, entre outras, perdem sentido. Há economias em desen-

volvimento que talvez não tenham muito a perder, entretanto, no caso de economias como a brasileira, que se industrializaram em "marcha forçada" graças à utilização de políticas públicas centralizadoras, puxar o tapete do controle de câmbio, na crença de que seja este o preço de uma estabilização (alinhamento com os preços nos EUA) talvez seja uma saída ingênua que destrua grande parte do que se construiu, independentemente da relação custo/benefício que este processo de industrialização tenha proporcionado. Uma industrialização construída e financiada por mecanismos que não mais prevalecem hoje não autoriza, segundo o autor, a simplesmente se abdicar da busca de "sintonias finas", num ajustamento mais responsável.

Os requerimentos de uma nova e necessária internacionalização da economia brasileira decerto exigem um maior "arejamento" e exposição internacional de setores industriais que operam em condições oligopolísticas, e, conseqüentemente, alguma flexibilidade nos controles de câmbio. Porém, se esta abertura não se der estrategicamente, pode-se colocar a perder, em nome da racionalidade fria dos mecanismos do câmbio livre, tal como na Argentina, parte do que foi construído ainda que em "marcha forçada".

De uma maneira geral, o que o professor Salama questiona é o futuro da intervenção do Estado frente à onda neoliberal subjacente ao ajustamento dos anos 80 e os riscos políticos deste processo.

Octavio de Barros
Professor do Instituto de
Economia da Unicamp

IMPACTOS SOCIAIS DA AUTOMAÇÃO: O CASO DO JAPÃO

HENRIQUE RATTNER

SÃO PAULO, EDITORA NOBEL, 1988, 122 PP.

A viagem realizada pelo professor Henrique Rattner ao Japão, em 1986, pode ser comparada, guardadas as devidas proporções, à Jornada de Marco Polo ao Oriente. Polo

trouxe para o Ocidente alguns inventos e conhecimentos orientais que revolucionaram a estrutura tecnológica então vigente, conferindo novo dinamismo às relações econômi-

cas, políticas e militares entre as nações em formação. Rattner trouxe observações científicas e sociais que, em que pesem as gritantes diferenças históricas e culturais entre Brasil e Japão, podem ser aproveitadas por nossos estudiosos, instituições e governo para melhorar a conflituosa arena das relações entre capital e trabalho, entre os adeptos da integração tecnológica mundial e os defensores do avanço tecnológico autóctone e entre Estado e sociedade.

Logo que retornou ao Brasil, o incansável pesquisador (que realiza anualmente inúmeras conferências nacionais e internacionais, ministra cursos regulares e especiais na USP e outros centros e possui uma produção intelectual invejável) passou a apresentar os resultados de sua viagem através de relatórios e resumos, em salas de aula e seminários, iniciando um saudável debate que o levaria a escrever esta obra.

Sua verificação imediata é a de que o avanço tecnológico é inevitável, seja para as nações desenvolvidas seja para as nações periféricas, seguindo os ciclos econômicos marcados por fases ascendentes e descendentes. Esse avanço, entretanto, pode e deve ser feito visando à solução de problemas mais amplos que não apenas à mera busca de elevação da produtividade, sobretudo porque, nas economias periféricas, parece haver uma tendência a que os ganhos de produtividade não se espalhem em benefício da sociedade, mas se concentrem nas mãos de poucos ou emigram para os centros capitalistas desenvolvidos. A tecnologia, segundo Rattner, pode ser um instrumento de solução para os problemas sociais mais candentes, especialmente se forem administradas as disfunções provenientes da incorporação de tecnologias de ponta, e isto deve ser encarado com maior atenção nos países em que há excesso de mão-de-obra, como ainda é o caso do Brasil.

Sua obra inicia-se pela construção de um painel sobre as tendências e perspectivas mundiais do ponto de vista econômico, permitindo visualizar que os agentes dinâmicos do ciclo de expansão do pós-guerra não foram as nações independentes e soberanas no trato cotidiano de suas relações comerciais internacionais e na gestão dos seus problemas internos. As grandes corporações e os conglomerados transnacionais ditaram as regras de produção, comércio, fi-

nanças e transferência de tecnologias, as quais tiveram diferentes impactos sobre os NICs (*Newly Industrialized Countries*), causando, dentre outros efeitos, a depreciação dos parques industriais já instalados e a acumulação de uma dívida externa considerável, além de não respeitarem os padrões de consumo vigente, introduzindo hábitos próprios das populações do Primeiro Mundo. Os países periféricos experimentaram, então, o crescimento sem distribuição de benefícios sociais; viveram um intenso processo de concentração de renda e de mercados, com desemprego e subemprego; e viram a concretização de um efeito-renda pernicioso, com parcela significativa de suas populações sendo excluída do mercado consumidor.

Após diagnosticar a irrupção de uma grave crise econômica a nível planetário e de longas conseqüências, a partir da década de 70, o autor examina seus efeitos sobre a estrutura dos países centrais, destacando os resultados das mudanças tecnológicas, que, fatalmente, levarão a uma ainda maior concentração de rendas e mercados. O passo seguinte foi apresentar um capítulo onde questiona a validade de terceira revolução industrial (microeletrônica), a qual, para ele, marca o início da quinta onda (ciclo), segundo a adaptação que fez das teorias dos ciclos de Schumpeter e Kondratief. A microeletrônica tem claro efeito desmobilizador de mão-de-obra e, a considerar o passado recente da evolução tecnológica, com o seu emprego sem critérios, os resultados serão o agravamento das desigualdades sociais e a maior concentração e acumulação do capital nas mãos de poucos.

No que tange especificamente ao Japão, o professor Rattner se vale de cinco capítulos do seu livro para apresentar a trajetória deste "leão asiático" desde a II Guerra Mundial. Mostra, por exemplo, que o progresso industrial que projetou o Japão como uma das primeiras nações do mundo, a ponto de ditar as tendências contemporâneas, não foi obra do acaso, mas envolveu sérios esforços de planejamento, sempre mesclando objetivos econômicos com objetivos sociais e políticos. O Estado japonês, através do seu Ministério da Indústria e do Comércio (MITI), teve papel preponderante na execução da política industrial

nipônica, direcionando investimentos e utilizando de forma responsável os instrumentos de política econômica à sua disposição.

O autor se incumbem, ainda, de mostrar o processo de introdução e difusão da tecnologia microeletrônica nas empresas japonesas, destacando seus impactos de grande repercussão social, e apresenta as singularidades da cultura japonesa como variável positiva na determinação do progresso nipônico. Neste particular, a grande lição que

cabe ao Brasil, dentre muitas outras que este livro permite extrair, é a de que devemos respeitar nossa própria cultura na formulação de políticas industriais e tecnológicas, abandonando a regra de que "tudo se copia", para criarmos nossas próprias soluções.

Solival Silva e Menezes

Instituto de Pesquisas Econômicas da
Universidade de São Paulo - IPE/USP

FOREIGN TRADE STRATEGIES, EMPLOYMENT AND INCOME DISTRIBUTION IN BRAZIL

BENEDICT J. CLEMENTS

NOVA YORK, PRAEGER PUBLISHERS, 1988, 176 PP.

Hoje existe um consenso entre os economistas de que a retomada do crescimento da economia brasileira — depois da década perdida de 80 — passa necessariamente por profundas mudanças na estratégia comercial externa e redistribuição de renda.

O livro de Clements é extremamente bem-vindo por tratar de forma competente estas duas questões vitais para o futuro da economia brasileira. O estudo tem como objetivo central avaliar o impacto distributivo das diferentes estratégias de comércio: substituição de importações e promoção de exportações. Este impacto é avaliado de forma empírica, levando-se em consideração a estrutura produtiva por trás de cada uma dessas estratégias e seus efeitos diferenciados em termos de emprego e geração de salários. O autor desenvolve um modelo derivado da análise de insumo-produto, mensurando como o valor adicionado é distribuído para trabalhadores de baixo salário. Para comparação, os efeitos distributivos da expansão do mercado interno também são avaliados. Os dados utilizados são os da tabela de insumo-produto de 1975 e os dados de comércio exterior de 1979 a 1983.

O livro contém nove capítulos. Após um capítulo introdutório, o autor apresenta uma

visão geral do papel da política comercial, no Brasil no período pós-guerra. No capítulo 3, Clements faz uma resenha crítica da literatura sobre a questão, mostrando que a maioria dos estudos da década de 70 chega à conclusão de que as exportações dos países subdesenvolvidos são mais intensivos de trabalho do que os substitutos de importações e que, portanto, favorecem uma melhor redistribuição de rendas. A questão que o autor coloca é se o próprio avanço da industrialização e o sucesso na exportação de bens intensivos de capital não teria mudado este quadro na década de 80 no Brasil. O capítulo 4 apresenta o modelo e o capítulo 5, os principais resultados empíricos. A estratégia de promoção de exportações é superior tanto à de substituição de importações quanto à expansão do mercado interno no que se refere à criação de emprego e geração de renda para os pobres. A distribuição de renda medida pelo coeficiente de Gini é também menor na estrutura produtiva, voltado para a exportação do que voltado para a substituição de importações e expansão do mercado interno. Além disso, apesar de os setores com melhor distribuição de renda estarem associados à menor produtividade do trabalho, estes mesmos setores são mais eficientes quando julgados do ponto de vista do custo

de recursos domésticos. No capítulo 6 o autor analisa as mudanças no perfil das exportações brasileiras, concluindo que o aumento dos manufaturados tem tido um impacto negativo do ponto de vista distributivo. No capítulo 8, o autor avalia o impacto da política comercial sobre a distribuição de renda, mostrando que tanto a proteção quanto a política de subsídios e incentivos favoreceram os setores com alto coeficiente de Gini e as grandes empresas. Conclui também que uma política de liberalização das importações poderia trazer pequeno impacto na melhoria da distribuição de renda, comprimindo as margens de lucro em favor dos salários. Finalmente, no

capítulo 9 o autor apresenta as principais conclusões de algumas propostas de política.

Foreign Trade Strategies, Employment and Income Distribution in Brazil, de Benedict J. Clements, é uma contribuição extremamente valiosa e que deveria ser consultado por todos aqueles preocupados com a definição da nova estratégia de crescimento para o Brasil. A avaliação empírica feita pelo autor das políticas comerciais, particularmente os subsídios e incentivos fiscais e creditícios, trazem uma justificativa adicional do ponto de vista distributivo para a sua eliminação.

Yoshiaki Nakano